

JORGE E. SILVA

**O NASCIMENTO DA ORGANIZAÇÃO
SINDICAL NO BRASIL E AS
PRIMEIRAS LUTAS OPERÁRIAS
(1890-1935)**

"A verdadeira força motriz e geradora da liberdade, o verdadeiro meio de resistência às arbitrariedades do poder, a única força criadora das revoluções está na ação popular, na ação direta das massas. na educação e organização dos indivíduos, no esforço e iniciativa de cada um e da todos"

Neno Vasco, A Concepção Anarquista do Sindicalismo, 1923.

"O anarquismo aventurou-se a introduzir órgãos auto – controláveis e auto - dirigidos na sociedade industrial moderna: controle dos trabalhadores, sindicalismo, etc."

Rudolf de Jong

APRESENTAÇÃO

Este trabalho resultou da preparação de duas conferências dadas como membro do Centro de Estudos Cultura e Cidadania (CECCA), a primeira no âmbito do Seminário sobre Pensamento Libertário realizado pelo mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, a segunda, no curso de extensão “América 500 anos de dominação e resistência”, organizado pelo Centro de Ciências da Educação, da mesma Universidade.

Dentro dos limites impostos pelas características desses eventos, tentei fazer uma abordagem que propiciasse uma visão abrangente do período da História Social Brasileira, que se estende de 1890 a 1935, ao longo do qual se constituiu a classe operária e se forjou sua práxis auto-organizativa que viria a marcar o sindicalismo por várias décadas.

Para possibilitar um panorama histórico impunha-se, necessariamente, relacionar o movimento operário com a introdução das idéias socialistas no Brasil e, principalmente, com a corrente libertária e sua estratégia anarco-sindicalista; levando em conta que foi essa a tendência social preponderante no movimento operário da época, a exemplo do que ocorreu na Argentina, Uruguai e México.

Nesta pequena síntese, tentei entrelaçar informações, confrontar interpretações dando um panorama da formação da organização sindical, das lutas, repressão e divergências, para que seja possível entender as perspectivas e problemas que se apresentavam ao movimento operário do começo do século, esclarecendo as divergências entre anarquistas e comunistas, que foram decisivas para o fim do sindicalismo autônomo e o esvaziamento das organizações anarco-sindicalistas.

Evidentemente que a análise deste último problema está longe de ser , pacífica sendo a sua interpretação neste trabalho antagônica àquela que a historiografia do movimento social, maioritariamente presa a um marxismo dogmático, faz - ou pelo menos fazia até ser soterrada pela queda do muro – do movimento operário anarco-sindicalista.

Esses historiadores marxistas, seguindo os passos do clássico estalinista Eric Hobsbawm, que afirmou com toda a sua imensa arrogância culta que "o anarquismo não tem qualquer contribuição significativa a fazer à teoria socialista...", procuravam demonstrar, a partir dos seus preconceitos ideológicos, que o anarco-sindicalismo era um primitivismo incapaz de contribuir para a luta contra o capitalismo e para a construção duma sociedade socialista, pois só atrelando o aperariado e suas organizações à orientação política, do chamado partido de vanguarda do proletariado, poderiam os trabalhadores derrubar o capitalismo. Na sua fé inabalável na eficácia da modelo de "socialismo real" Hobsbawm escreveu em 1958 - dois anos após o XX Congresso do PCUS reconhecer a infâmia do estalinismo: "a história do anarquismo, quase única entre os modernos movimentos sociais, é de um fracasso incessante".

Hoje podemos comparar tranqüilamente a distância que vai do fracasso do totalitarismo infame das burocracias vermelhas às derrotas da luta incessante dos anarquistas que, apesar disso, sempre recomeçam como Prometeu; seguindo o que pode ser, talvez, a destino histórico desse movimento: uma luta incessante e radical contra toda a exploração e dominação.

Este texto pretende é uma pequena contribuição para uma outra leitura da história do movimento operário brasileiro, e para o entendimento das possibilidades e dificuldades da auto-organização e autonomia dos trabalhadores nas sociedades contemporâneas.

I

No Brasil, tal como em muitos outros países, existe uma longa história de luta social que antecede o nascimento do capitalismo e a conseqüente formação da classe operária, a criadora da práxis auto-organizativa que conhecemos por sindicalismo.

No passado outras classes, grupos sociais e étnicos mantiveram uma luta de resistência contra a exploração e a dominação a que estavam sujeitos. Nessas lutas já estava presente o problema da autonomia e das estratégias a opor 'as classes dominantes apesar de que só o mundo moderno viria a desenvolver uma cultura onde indivíduos e classes são reconhecidos como principais atores sociais.

Se é certo que algumas dessas contradições e conflitos sociais já se manifestavam na época pré-moderna, na América foi a chegada do homem branco, com sua cultura e instituições trazidas da Europa, que introduziu formas de organização econômica e social, que iriam gerar os crescentes conflitos sociais e de classes que se foram agravando na transição do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial.

A chegada dos portugueses ao Brasil, abriu entre nós esse ciclo de formação duma economia colonial ao serviço das metrópoles mercantis, seja de Portugal, de Espanha ou mais tarde da Inglaterra. Uma economia baseada inicialmente no escambo, mas logo organizada em torno dos latifúndios do açúcar e do café, que se somaria a exploração mineral de ouro e diamantes. Uma produção assente na mão de obra escrava, índia e negra, dando a essa dominação e exploração também um caráter étnico.

Esta dominação branca barrou desde os seus primórdios, com as inúmeras ações de resistência dos povos indígenas, destacando-se a dos índios Tupinambá (1530-1540), a Confederação dos Tamoios (1562), os Potiguara da Paraíba (1586), Aimoré da Bahia (1686), e a revolução dos Cairiri do Ceará (1712), para só evocar os mais famosos exemplos da resistência secular à ocupação de suas terras e à política de escravização levada a cabo pelos colonizadores europeus.

Essa política colonial levou ao tráfico, em condições miseráveis, de milhões de escravos negros de várias nações africanas, que no Brasil, como no resto da América, foram submetidos à super-exploração do latifúndio e ao violento trabalho nas minas. A irrupção de revoltas e fugas, foi a resposta dos escravos negros, que originaram a constituição das comunidades negras livres, os Quilombos, entre os quais o de Palmares (1570), o de Rio Vermelho (1632), o da Carlota (1770) e o do Cumbe (1731).

Essas comunidades livres reuniram milhares de escravos fugitivos e duraram mais de meio século, como é o caso do Quilombo de Palmares que só desapareceu depois de sucessivas expedições militares, que terminaram num banho de sangue. Apesar disso, os negros mantiveram no Brasil sua luta contra a escravidão, que se prolongou em muitas revoltas urbanas, como a conspiração dos alfaiates na Bahia, em 1798, onde juntos, artesãos assalariados e escravos lutaram pelos direitos do Povo e pela abolição da escravatura proclamando em manifestos anônimos: "Está, para chegar o tempo feliz da nossa liberdade, o tempo em que todos seremos irmãos, o tempo em que todos seremos iguais".

Revoltas sucessivas iriam abalar nas primeiras décadas do século passado a Bahia e todo o Nordeste, com movimentos sociais como o da Cabanada (1832) e da Balaiada (1838). Revoltas nascidas da miséria e exploração que o latifúndio impunha, principalmente aos negros, mestiços e caboclos, grupos que constituíam os últimos de uma sociedade que, iria manter até hoje um

profundo fosso social entre as elites e uma classe média que a rodeia e uma maioria do povo empurrado para a miséria e exclusão social.

A Revolta Praieira em Pernambuco, no ano de 1848, foi a última destas importantes insurreições urbanas. Marcada pelo liberalismo radical, mas "onde há indícios de terem sonhado recifenses da época, afrancesados em idéias e cultura política, com reformas sociais de sabor socialistas", como escreveu Gilberto Freyre.

Tal como as idéias liberais provenientes do velho continente tinham chagado nos porões dos navios ao nosso país, também as idéias socialistas, que de certa forma eram herdeiras da Revolução Francesa, também chegariam ao Brasil, junto com a literatura e os emigrantes vindos da Europa, refletindo-se na auto-organização dos trabalhadores da indústria recém nascida e do comércio, originando o nascimento do sindicalismo revolucionário que tinha como objetivo último a destruição do sistema capitalista e a construção de uma alternativa social identificada com o signo das idéias socialistas.

II

A industrialização brasileira ocorreria de forma lenta e precária, quer pela situação periférica do país, quer pela absoluta sujeição da sua economia aos interesses exteriores. As poucas oficinas e manufaturas existentes não chegavam sequer a suprir as necessidades do pequeno mercado interno, vindo a quase totalidade dos produtos da metrópole.

Esta situação só começou a sofrer as primeiras alterações com a vinda do rei D. João VI para o Rio de Janeiro em 1808, acompanhado de uma parte substancial da nobreza e burocracia portuguesas, em fuga dos exércitos napoleônicos que haviam invadido Portugal. A presença desta elite nobre impunha a criação de toda uma estrutura administrativa, comercial e produtiva capaz de satisfazer, pelo menos em parte, suas necessidades.

Multiplicaram-se, então, as oficinas e manufaturas, desenvolveu-se o comércio, surgindo a própria imprensa, que teria um importante papel na difusão primeiro das idéias liberais e, mais tarde, socialistas. No entanto, essas transformações não chegaram a criar uma dinâmica econômica mais vasta que apontasse a auto-suficiência, já que o Brasil, tal como Portugal, estava sujeito às imposições imperiais Inglesas que barravam o desenvolvimento comercial e industrial autônomo.

No século XIX, o Brasil viu nascer as primeiras indústrias metalúrgicas e manufatureiras, como a fábrica de ferro de Sorocaba (1801), a fábrica de armas de Minas (1811), a indústria Mauá, em Niterói (1845). Segundo Roberto Simonsen, em 1850 havia já cerca de 50 indústrias, entre fábricas de tecidos, alimentação, metalurgia e produtos químicos.

Esta vagarosa industrialização estendeu-se por todo o século XIX e só se começou a acelerar já nas primeiras décadas do nosso século. A independência política do Brasil em 1822, o fim do tráfico de escravos em 1850, e abolição da escravatura em 1888, junto com a acumulação gerada pela cafeicultura iriam possibilitar a lenta e gradual modernização da sociedade brasileira, que transformaria a sociedade rural e escravocrata em uma sociedade urbana industrial.

É neste processo que se vai formando a classe operária brasileira, que nasce associada à libertação dos escravos que constituíam já uma parte da mão-de-obra dos estabelecimentos comerciais e das manufaturas, a que se somaram milhões de imigrantes europeus, na sua maioria italianos, espanhóis e portugueses, além de contingentes menores de alemães, russos, suíços e de outras nacionalidades.

Esses imigrantes teriam uma importância determinante na introdução das idéias socialistas no Brasil e na criação das primeiras associações de classe, já que muitos deles eram experimentados militantes que tinham participado da agitação social em seus países de origem e aqui chegavam fugindo da perseguição política ou da miséria que na Europa ameaçavam os trabalhadores, principalmente aqueles que tivessem participação ativa nas lutas sociais.

III

O Brasil do século XIX tinha como principais centros de influência cultural França e Portugal. No primeiro caso porque se tratava do principal centro de irradiação cultural do Ocidente; no segundo pela tradicional relação histórica e lingüística mantida com a velha metrópole, de onde nos vinham muitos livros e onde estudavam os filhos das classes dominantes.

Esta conjuntura vai ter importância, já que conjuntamente com o fenômeno migratório, levou a que as idéias socialistas que aqui chegaram fossem as de Bakunin, Kropotkin e do sindicalismo revolucionário, pois que era essa a forma preponderante das idéias socialistas, na época, em França, Portugal, Espanha e Itália. Nesses países o socialismo libertário exerceu uma influência preponderante nos movimentos sociais tendo permanecido, em maior ou menor grau, até ao final da década de 30 do século XX.

Através dos jornais vindos do exterior, dos livros e até da literatura, era o socialismo não marxista que ia se tornando mais conhecido no Brasil, trazido na bagagem dos emigrantes ou através do intercâmbio internacional estabelecido pelas publicações, grupos e sindicatos brasileiros.

As idéias do chamado socialismo utópico germinavam já em algumas das principais cidades entre liberais progressistas, quando aqui chegaram os franceses Louis Vauthier, Benoit-Jules Mure e Michel Derrion, que tiveram uma particular importância na divulgação do pensamento de Charles Fourier.

O engenheiro Vauthier chegou em 1840 a Pernambuco para trabalhar na secretaria de obras públicas, onde veio a desenvolver uma ação inovadora do ponto de vista técnico e urbanístico. Mas além da sua atividade técnica, o engenheiro francês envolveu-se num profícuo ativismo social nos seis anos que aí viveu. Os livros e revistas que recebia regularmente de França, desempenharam um papel central nessa divulgação de idéias que tornaria o Recife por muitos anos um dos principais centros do pensamento progressista brasileiro. Um dos amigos de Vauthier, o jornalista Antônio Pedro de Figueiredo, foi o autor de importantes artigos de crítica social, onde já questionava a propriedade latifundiária da terra, velho problema da sociedade brasileira, até hoje sem solução.

No começo da década de 50, no mesmo Recife, Abreu e Lima companheiro de Bolívar e filho do famoso Padre Roma, escreveu o que seria o primeiro livro editado no Brasil sobre essas novas idéias e reorganização social: *O Socialismo*, editado em 1855.

Ao longo de suas mais de 300 páginas Abreu e Lima analisa a história e as sociedades para concluir sobre a necessidade do socialismo. Dedicou capítulos ao pensamento de Saint-Simon, Owen e Fourier e refere-se em notas aos primeiros anarquistas, Proudhon e Godwin.

Não é de estranhar que fosse nesse ambiente intelectual que veio a surgir o primeiro escrito sobre Marx no Brasil e uma das únicas referências que a obra da socialista alemã teve entre nós no século XIX. Seu autor foi Tobias Barreto, um intelectual de formação alemã catedrático de Direito.

Na mesma época em que Vauthier se instalava no Recife, um outro francês, o médico Benoit-Jules Mure percorria o Sul do Brasil procurando terras para instalar um falanstério, uma comunidade agrícola industrial, baseada nas idéias de Fourier. Projeto que expôs e divulgou em sucessivos artigos no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Em fins de 1841, chegou ao Rio o primeiro grupo de artífices e técnicos franceses, que logo seguiram para o município de São Francisco, Santa Catarina, onde viriam a formar duas colônias: a do Saí e outra, dissidente, em Palmital. Essa experiência comunitária acabou se frustrando devido às divergências surgidas entre as principais membros do grupo, mas também em razão das condições precárias da região em que se instalaram,

na qual artífices tinham de desempenhar as tarefas de agricultores pioneiros, para as quais não estavam preparados. A colônia que pretendia se tornar um núcleo de produção de máquinas industriais a vapor, acabou não concretizando seu projeto arrojado. As encomendas não surgiram, muito do apoio oficial não se concretizou e o grupo sobreviveu precariamente da agricultura na meio de uma densa mata atlântica.

Os emigrantes acabaram se dispersando pelos principais centros urbanos. O idealizador do Falanstério, Dr. Benoit Mure foi para o Rio de Janeiro, onde exerceu medicina e criou o primeiro instituto homeopático do Brasil. Não abandonou, contudo, suas idéias fundando com outros fourieristas brasileiros e franceses um dos jornais percursores das idéias socialistas na América Latina: *O Socialista da Província do Rio de Janeiro*, em 1845.

Essa difusão das novas idéias que se ampliaria com a presença no Rio, de exilados da Comuna de Paris de 1871, contribuiu para a criação das condições que possibilitaram o surgimento da organização autônoma dos trabalhadores, superando-se a tradição das antigas corporações assistencialistas e mutualistas associadas, muitas vezes, à Igreja. As novas entidades de classe tinham como base a crítica social anti-capitalista e um projeto socialista, adotando gradualmente a estratégia do sindicalismo revolucionário, nascida em França, que viria a dar corpo ao que ficaria conhecido por anarco-sindicalismo.

Apesar da Constituição de 1834 proibindo toda e qualquer associação operária, elas formaram-se, entre a ilegalidade e a tolerância vigiada, sendo uma das primeiras a Imperial Associação Tipográfica Fluminense, considerada uma das mais antigas organizações profissionais do Brasil.

Nos primórdios do sindicalismo brasileiro, caberia aos tipógrafos e gráficos o orgulho de serem um dos mais combativos setores dos trabalhadores, a que não era estranho o fato de sua realidade cultural se distinguir da dos demais assalariados, já que a maioria sabia ler e tinha condição de acesso à informação e ao conhecimento, em decorrência da própria profissão.

Outras associações se foram construindo como as dos cocheiros, canteiros, caixeiros, operários da construção naval, portuários, construção civil e têxteis, cobrindo os principais ofícios da classe operária em formação.

Há notícias de algumas paralisações de trabalho feitas em épocas anteriores, como a registrada no Rio em 1791, na Casa de Armas, em razão do atraso no pagamento de salários; e em 1857 de escravos-operários que fizeram greve em Niterói. No ano seguinte, também no Rio de Janeiro, ocorreu a que pode ser considerada a primeira greve de assalariados livres: a dos tipógrafos.

Nessa época, como já dissemos, começavam a chegar os trabalhadores imigrantes em número cada vez maior. Simultaneamente crescia o número de estabelecimentos industriais. Em 1872 foi fundada a primeira fábrica de tecidos em São Paulo e, alguns anos depois, em 1875, foi criada em Itu outra indústria de 110 operários.

A imigração subvencionada pelo governo a partir de 1870, contribuiu decisivamente para aumentar a vinda de trabalhadores estrangeiros, mão-de-obra barata para os cafezais e para a indústria nascente. Só que nessas levadas anonimamente viriam também muitos dos trabalhadores anarquistas que, por sua forte consciência social e experiência de luta, contribuiriam para a criação das organizações operárias e de uma combativa imprensa social assim como para o desencadear de muitas das greves das décadas seguintes.

Foi nesse ambiente de mudança que nasceu uma ativa imprensa operária e socialista, na década de 70, um instrumento decisivo de difusão de idéias que iria agitar as principais cidades do Brasil,

contribuindo para uma cultura operária alternativa, principal pilar do associativismo e da solidariedade de classe, que marcaria o sindicalismo brasileiro até aos anos 30 do nosso século.

O Operário (São Paulo 1869), *O Trabalho* (São Paulo, 1876), *O Proletariado* (Rio de Janeiro, 1878), *O Lutador* (Alagoas, 1887), *A Luta* (Porto Alegre, 1894), são alguns dos primeiros títulos dessa imprensa, criada por trabalhadores, que contabilizaria mais de trezentos títulos até ao final da 1ª República.

Em 1888 chegou a São Paulo o anarquista italiano Artur Campagnoli que se instalou em Guararema, tendo feito uma experiência de vida comunitária, para logo se engajar no movimento social da capital do Estado, sendo preso em 1894 com outros anarquistas, quando tentavam organizar a primeira comemoração pública do 1º de Maio.

Em Santos o médico socialista Silvério Fontes fundou, em 1889, um círculo socialista que desenvolveu intensa atividade de divulgação das idéias entre os trabalhadores, sendo um dos responsáveis pela organização do 1º congresso socialista Brasileiro no Rio de Janeiro, em 1892. O grupo de Santos foi, talvez, o Principal grupo socialista reformista, que embora já tivesse algum conhecimento da obra de Marx, adotava, com a característica eclética dessa época, um referencial amplo de idéias socialistas que incluía Fourier e os anarquistas. Não é de estranhar que nesse ambiente plural e libertário se tenha formado o poeta e militante anarquista Martins Fontes, filho do criador do Círculo Socialista.

Nessa última década do século XIX; chegaram também ao Brasil várias famílias de anarquistas italianos com um destino diferente: criar a Colônia Cecília no Paraná, uma comunidade experimental libertária. Essa comunidade que reuniu mais da 150 pessoas frustrou-se, ao fim de quatro anos, devido a problemas econômicos e à repressão que sofreu. Ao se dispersarem, esses militantes foram integrar o movimento social em Curitiba, Porto Alegre e São Paulo, onde participaram da criação de jornais e de organizações operárias. Quanto a Giovanni Rossi, o engenheiro agrônomo, ex-militante da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e idealizador da Colônia, foi dirigir a Estação Agrônoma de Rio de Cedros, em Santa Catarina, onde influenciou a criação da primeira cooperativa nesse Estado.

No Rio Grande do Sul foi fundada 1892 a União do Trabalho, por influência de trabalhadores alemães. Surgindo pouco depois os jornais *A Luta* e *Eco Operário*, bem como o grupo anarquista Homens Livres, que contribuíram para a criação da Liga Operária Internacional em 1897. O ativismo social desses trabalhadores gaúchos culminou na organização do 1º congresso Operário do Rio Grande do Sul, em 1898, que seria também o primeiro realizado no Brasil.

A última década do século caracterizou-se pela multiplicação de jornais e organizações operárias, as mais combativas das quais de tendência anarquista, ao lado de outras simpatizantes de um socialismo reformista e de outras ainda nascidas sob a proteção do empresariado e da Igreja. Como reconheceu Edgar Carone no livro *O Marxismo no Brasil*: "das principais correntes ideológicas operárias, o marxismo é a que surgiu mais tardiamente. O socialismo utópico, algumas tendências de socialismo reformista e os primeiros esboços de anarquismo, por exemplo, são movimentos que despontam desde o início do século XIX, bem antes do Marxismo", que só se fez sentir "a partir da fase pós-revolução russa". Podendo se acrescentar, com maior precisão, que essa influência só começou a ser significativa a partir dos anos 30.

Os jornais, revistas, livros e folhetos, muitos dos quais vindos de Portugal, foram decisivos para a formação de uma consciência social em largos setores do operariado e trabalhadores urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo, mas também de outras cidades como Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Belém e Manaus.

Essa consciência da injustiça social, da natureza da exploração e da dominação, deu sustentação ao associativismo sindical e às lutas anti-capitalistas, que se traduziam, na multiplicação do número de greves e manifestações de "trabalhadores urbanos. A imprensa operária noticiando essas lutas, divulgando os resultados, popularizando as estratégias, informando sobre o movimento operário em outros países, permitiu aos trabalhadores brasileiros criarem uma visão coletiva da luta que os opunha ao Capital, compreendendo assim que cada indivíduo e cada grupo não estavam isolados e que os avanços sociais eram possíveis.

O sindicalismo que se começava a definir no Brasil, ainda não poderia ser chamado de anarco-sindicalismo. Essa estratégia só viria a ganhar corpo, no começo do século XX, nas Federações Operárias e na Confederação Operária Brasileira (COB), mas era já, inegavelmente, um sindicalismo com forte associação com o anarquismo, até porque os mais ativos militantes e as principais publicações criadas por trabalhadores eram libertárias.

O anarco-sindicalismo, corrente que defende um sindicalismo autônomo em relação aos partidos e ao Estado e de ação direta nasceu em França nos finais da década de 90 do século passado, espalhando-se em seguida pela Europa e América. A federação das Bolsas de Trabalho data de 1892 e a Confederação Geral do Trabalho de França, foi fundada em 1895. A CNT (Confederação Nacional do Trabalho) espanhola nasceria em 1910, a USI (União Sindical Italiana), em 1912, a UON (União Operária Nacional) portuguesa em 1914 e a FORA federação Operária Regional Argentina), em 1901, para só falar de algumas das principais confederações operárias influenciadas por essa estratégia. No Começo, do século XX, no entanto, as lutas operárias e militância social dos trabalhadores anarquistas já tinham várias décadas de experiência, haviam passado pela experiência da AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1872), da Comuna de Paris de 1871 e por fortes confrontos sociais ocorridos na Europa e nos Estados Unidos. Foi na América que nasceu inclusive uma das referências simbólicas de luta operária: os mártires de Chicago, operários anarquistas assassinados, em 1887, pelo Estado por sua luta a favor das 8 horas de trabalho e que se transformaram nos heróis dos trabalhadores anti-capitalistas até aos anos 30 evocados, em todo o mundo, na imprensa social e nos grandes atos públicos do Primeiro de Maio.

Quanto às tentativas de organizar politicamente e partidariamente o operariado frustraram-se no Brasil após o 1º Congresso Socialista de 1892 e alguns ensaios como, em 1895, no Rio de Janeiro, o do Partido Socialista Brasileiro, de curta duração e reduzida influência. A social-democracia de feição marxista não teve eco no Brasil, como afirmou Boris Fausto no seu livro *Trabalho Urbano e Conflito Social*: "a história do socialismo (marxista) foi a história do pequeno círculo com escassa penetração nos meios populares". Era o socialismo libertário que se estava popularizando nos meios operários.

Mas o fato do anarquismo ser preponderante, não impedia que a característica dominante dessa época fosse a cooperação entre as várias correntes anti-capitalistas. Num depoimento de 1919 a Dr. Benjamin Mota afirmava: "Apesar das divergências nos princípios, anarquistas e socialistas agiam quase de acordo nas manifestações, comemorações e comícios de propaganda". Essa convergência de interesses no movimento operário, apesar dos conflitos - basta pensar na AIT e na Segunda Internacional -, manteve-se como tuna característica importante até ao predomínio do marxismo-leninismo que levou à partidarização do sindicalismo e à sujeição das lutas operárias à estratégia dos partidos comunistas nos anos 20 em todo a mundo.

Não deixa de ser um bom exemplo da abertura das anarquistas que publicações literárias como *A Vida* e *A Plebe* anunciassem em suas páginas, entre os livros que deveriam ser lidos, *O Capital* de Karl Marx e *A Origem da Família* de Friedrich Engels. Numa clara demonstração de que as divergências teóricas não impediam as anarquistas de reconhecer as outras contribuições ao

pensamento socialista. Posição bem diferente daquela que os comunistas autoritários haveriam de ter mais tarde, de censura, controle e inquisição, que traria funestas conseqüências.

IV

O crescimento da organização operária e de suas lutas mostrou a necessidade, já no nosso século, de uma articulação mais ampla dos trabalhadores brasileiros. É nesse contexto que o jornal *A Greve do Rio de Janeiro* publicou em 1903, as bases para a estatuto da Federação das Associações de Classe.

Nesse mesmo ano ocorreu uma greve generalizada que paralisou as cocheiros e carroceiros do Rio, tendo ocorrido também uma greve geral que paralisou os têxteis, envolvendo milhares de trabalhadores (cerca de 40.000), trazendo a vitória das 9.30 h de trabalho. Demonstrava-se dessa forma na prática a importância da articulação e coordenação dos diversos sindicatos e grupos profissionais para conseguirem impor derrotas ao capitalismo. O Primeiro de Maio desse ano reuniu milhares de trabalhadores, confirmando a natureza ascendente dos movimentos sociais.

Nesses primeiros anos do século nasceram importantes publicações como a *kultur*, *O Libertário* e a *Terra Livre*, além de *A Lanterna* e *La Bataglia* de São Paulo, que seriam duas das mais importantes e duradouras publicações libertárias. Um dos destacados jornalistas dessa imprensa seria Neno Vasco, intelectual português, licenciado em Direito, que militou até 1910 no movimento social brasileiro, e após essa data em Portugal. O seu livro *A Concepção Anarquista de Sindicalismo* teve uma ampla divulgação no movimento operário dos dois países.

Essa importância crescente do operariado e dos assalariados urbanos no contexto brasileiro traduziu-se numa ofensiva de greves pelas 8 horas de trabalho, e na realização do 1º Congresso Operário Brasileiro de 15 a 20 de abril de 1906 no Rio de Janeiro. Os delegados dos vários estados aí reunidos aprovaram as bases para a constituição da

COB - Confederação Operária Brasileira - nos moldes do sindicalismo revolucionário da CGT (Confederação Geral do Trabalho) francesa e do anarco-sindicalismo europeu. Nesse congresso foi recusado explicitamente em diversas moções, a vinculação do sindicalismo a partidos políticos, sendo aprovada a ação direta como forma fundamental de atuação dos trabalhadores. Manifestaram-se ainda os delegados contra a existência de funcionários remunerados no movimento sindical, só admitindo em situações excepcionais que trabalhadores assumissem funções remuneradas em seus sindicatos "não devendo porém, receber ordenado superior ao salário da profissão a que pertença" e "não podendo votar nem ser votado" e "para tais cargos, devem ser preferidos os sócios inutilizados pelo trabalho", como ficou aprovado nos documentos do Congresso.

Esta recusa clara do burocratismo sindical iria ser uma das características básicas do anarco-sindicalismo, manifestando-se também na recusa do centralismo e da existência de direções sindicais, que deveriam ser substituídas por comissões administrativas com delegação restrita de funções. Foi decidido ainda que mestres e contramestres e trabalhadores com funções de chefia em geral não se poderiam filiar aos sindicatos. Por último, foi decidido que os meios de ação seriam: a greve parcial e geral, o boicote, a sabotagem e a manifestação pública, segundo as circunstâncias.

Aconselhou ainda o 1º Congresso Operário que os sindicatos lutassem preferencialmente pela redução da horário de trabalho das horas extras, já "que o repouso facilita o estudo, a educação associativa e a emancipação intelectual". Entre outras moções aprovadas incluem-se ainda decisões sobre a necessidade da propaganda contra o alcoolismo; sobre a importância da organização das mulheres; a fundação de escolas livres; e a colaboração dos operários na constituição de organizações de trabalhadores do campo e finalmente um apelo a que "os trabalhadores não mandem

os seus filhos para as oficinas e fábricas senão quando tenham atingido a idade conveniente". Apelo, que é uma tentativa de conscientizar os trabalhadores sobre a importância dum boicote ativo ao trabalho infantil. Recorde-se que nessa época Evaristo de Moraes, na livro *Apontamentos de*

Direito Operário, afirmava: "Nesta cidade (Rio) sabemos existirem fábricas onde trabalham crianças de 7 a 8 anos, junto a máquinas, na iminência de terríveis desastres, como alguns já sucedidos. O trabalho noturno das mulheres e crianças é praticado em certas fábricas, cercado de todos os inconvenientes e desmoralizações que tanto têm sido combatidos no estrangeiro". Do congresso saiu também a decisão de publicar *A Voz do Trabalhador*, jornal destinado a propagar os meios de emancipação do proletariado e defender as reivindicações econômicas dos trabalhadores.

Nesse ano as comemorações do 1º de Maio se multiplicaram pelo país, além do Rio, São Paulo, Santos, Jundiaí e Campinas. Mas seria a greve geral da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, feita em solidariedade com trabalhadores perseguidos pela empresa, que iria agitar São Paulo. A repressão violenta que se seguiu, levou à invasão da Federação Operária e ao assalto ao jornal libertário *La Bataglia*, provocando uma onda de solidariedade, que se estendeu aos estudantes que, talvez pela primeira vez, se colocaram ao lado do movimento operário, o que desencadeou a invasão da Faculdade de Direito pela polícia. A repercussão desses acontecimentos, originou debates na imprensa tornando esta greve um marco da luta sindical no Brasil.

Em Porto Alegre, explodiu nesse mesmo ano, uma greve geral, deflagrada pelos marmoristas, mas que teve a adesão dos têxteis, pedreiros, pintores, alfaiates e marceneiros. Durou doze dias e resultou na conquista da jornada de trabalho de 9 horas.

Só no ano seguinte, em 1907, os trabalhadores conseguiram pela primeira vez impor as 8 h de trabalho, luta histórica que mobilizava o movimento operário internacional desde o século XIX, principalmente após 1886, quando os confrontos ocorridos em Chicago, levaram à condenação à morte de quatro anarquistas americanos: Spies, Fischer, Engel e Parsons.

Foram os pedreiros de São Paulo os primeiros a obter, após uma greve, a vitória das 8 horas de trabalho. Seguiram-se os gráficos e, em Santos, os trabalhadores da construção Civil, conseguiram o mesmo objetivo depois de 12 dias de luta. Conquista operária que sucessivamente ia sendo conseguida e burlada, em seguida, pelas empresas, tornando a luta pelas 8 horas, um dos objetivos permanentes das organizações sindicais.

A COB nasceu finalmente em 1908, depois das articulações que se seguiram ao 1º Congresso operário, tendo contribuído para a sua fundação 50 organizações operárias. Em São Paulo realizou-se o 2º Congresso Estadual Operário, no mês de abril, onde foram reiterados os princípios anarco-sindicalistas e reafirmada a importância da ação cultural entre os trabalhadores, a necessidade dos sindicatos criarem escolas livres, bem como de uma Universidade Operária, sendo aprovada ainda uma moção sobre propaganda anti-militarista.

A prisão e posterior fuzilamento em 1909 do pedagogo libertário espanhol Francisco Ferrer, agitou, a exemplo do que ocorreu pelo mundo, as principais cidades brasileiras. Este movimento de solidariedade que uniu sindicatos, estudantes, livres pensadores e republicanos liberais, contribuiu para a popularização do movimento de criação de escolas modernas nos sindicatos. Uma proposta social e pedagogicamente inovadora que se confrontou com as dificuldades nascidas da repressão e semi-legalidade com que se debatiam os sindicatos no começo do século, mas que mesmo assim contribuiu mais para a educação dos trabalhadores e seus filhos que o inexistente ensino público.

A militância sindical e a propaganda libertária que se foram intensificando ao longo da primeira década do nosso século, levou à aprovação duma lei repressiva que ficaria conhecida por lei Adolfo Gordo. Sua única finalidade era conseguir a expulsão sumária de estrangeiros considerados, pelo Estado, indesejáveis; mas que visava tão somente os ativistas dos movimentos sociais. Essa lei que teria uma aplicação freqüente levou à expulsão de cerca de 1000 trabalhadores nascidos em Itália,

Portugal e Espanha, sendo aplicada até a muitos naturalizados e aqui residentes há longos anos, chegando ao extremo caricato de ter sido aplicada a brasileiros natos.

A política de expulsões, que também ocorreu na Argentina, teve uma particular importância na tentativa de desarticular o movimento operário, já que a maioria dos expulsos eram ativos e experientes militantes operários. Contra essa lei e sua aplicação se levantaria, em inúmeras ocasiões, o movimento sindical, numa demonstração clara da solidariedade que estava presente no mundo operário da época.

Os anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, foram marcadas pelo crescimento numérico do operariado, paralelo ao desenvolvimento da industrialização. Em São Paulo os 22.355 operários, que existiam em censos de 1907, passaram na década de 20 para 83.898. E as indústrias cresceram de 324 para 4.145.

Os imigrantes que não cessavam de chegar atingiram entre 1904 e 1913 cerca de 1 milhão, o que dá um panorama do percentual de trabalhadores de origem estrangeira, que no caso de São Paulo chegou a ser de 90%. O que também explica a grande quantidade de ativistas operários nascidos em outros países, fato que também ocorreu no movimento operário da Argentina e dos EUA. Só que a partir do começo do século formou-se um núcleo crescente de brasileiros comprometidos na luta social: Edgar Leuenroth, José Oiticica, Martins Fontes, Orlando Correa Lopes, Avelino Foscolo, Maria Lacerda Moura, Angelina Soares, Elvira Boni, João Penteado, Polidoro dos Santos, Pedro

Catalo, Astrogildo Pereira, Otávio Brandão Benjamim Mota, Pedro Mota, Moacir Caminha, Afonso Schmidt, Lima Barreto, são alguns dos anarquistas mais famosos que se tornaram conhecidos nas primeiras décadas do nosso século.

A dificuldade de penetração das idéias socialistas e do crescimento da organização sindical nas pequenas cidades nas regiões interiores do Brasil, era o resultado das condições sociais e econômicas da época, entre as quais a incipiente industrialização e a reduzida importância do operariado fora de São Paulo, Rio e Porto Alegre. Também a estrutura fundiária dominada pelo controle repressivo do coronelismo e a dimensão territorial do país, dificultou o nascimento do anarco-sindicalismo rural, a exemplo de Espanha e Portugal ou do México onde o anarquismo influenciou o movimento revolucionário de Zapata.

Por essas razões e também pelas características dos emigrantes que se instalaram em estados como Santa Catarina, a organização sindical não chegou a desenvolver e as idéias socialistas tiveram uma influência reduzida. Mas mesmo em estados como esse algumas greves como a dos ferroviários da Estrada de Ferro Tereza Cristina, em finais do século XIX, e em 1917 a greve geral que paralisou várias categorias de trabalhadores em Joinville, acompanhando o movimento grevista nacional e, nos anos 20 a expulsão de trabalhadores alemães acusados de anarquismo, demonstram que por todo o Brasil as idéias do socialismo revolucionário e do anarquismo se manifestavam. Embora estados, como Santa Catarina, de pequenas cidades e com pequena industrialização a organização sindical estava maioritariamente vinculada a um sindicalismo católico, conciliador e atrelado à luta partidária local. Jornais operários, como *O Trabalho*, dos ferroviários catarinenses, são a imagem constrangedora desse sindicalismo, quando abre suas páginas a notícias sobre o bispo, o governador ou casamentos, prenunciando a sindicalismo pelego que se institucionalizaria com a ditadura de Getúlio Vargas.

Esse outro sindicalismo que se começava a desenvolver, apoiado pela Igreja e pelo Estado, explicitava o medo dos grupos dominantes de uma organização autônoma dos trabalhadores marcadamente revolucionária. Em 1912 deu-se o primeiro grande ensaio de instrumentalização do sindicalismo: o filho do Presidente da República Hermes da Fonseca, organizou um congresso

operário fantoche que reuniu várias organizações de trabalhadores de reduzida importância e influência. Essas entidades, na sua maioria de caráter assistencialista e oriundas de pequenas cidades, foi uma tentativa articulada de organização dum sindicalismo atrelado ao Estado. No entanto, essa estratégia só ganhou a adesão entre alguns setores da capital federal, principalmente entre o funcionalismo público e os trabalhadores do porto. Foi necessário esperar pelo Estado Novo, para que a repressão e a propaganda conseguisse impor o sindicalismo atrelado, misto de corporativista fascista e populismo político, de que o sindicalismo brasileiro se ressentiu até hoje.

Também em 1912 foi criada, em São Paulo, a Liga Popular de Agitação contra a Carestia da Vida, onde participavam anarquistas e socialistas. Esta liga, junto com os sindicatos, pretendia mobilizar nos bairros os trabalhadores contra a situação dramática do custo de vida. Reivindicação que passaria a fazer parte das lutas sindicais, junto com o protesto contra a falsificação dos gêneros alimentícios e o aumento dos aluguéis, que se tornaram problemas constantes nesses anos de crise. Abrindo o sindicalismo a formas de intervenção e objetivos sociais bem mais amplos que o das lutas salariais.

Ao congresso do deputado Mário Hermes responde o 2º Congresso Operário Brasileiro que se reuniu em setembro de 1913, no Rio de Janeiro, confirmando o caráter revolucionário do sindicalismo brasileiro saído do 1º Congresso, e sua autonomia em relação ao Estado e à atividade partidária. Os 117 delegados de vários Estados: Rio, São Paulo, Minas, Amazonas, Pará, Alagoas e uma importante delegação do Rio Grande do Sul (que incluía Porto Alegre, Passo Fundo, Pelotas e Bagé, mas com representação também de Santa Maria, Rio Grande e Caxias). Entre as decisões destaca-se a decisão de recusar a utilização dos tribunais para garantir o pagamento dos salários, servindo-se somente da ação direta. Foram aprovadas também moções contra a utilização de fórmulas burocráticas e coercitivas nos estatutos sindicais, a favor da continuidade dos esforços dos sindicatos operários nos meios rurais, bem como uma crítica à Igreja Católica por sua interferência no mundo do trabalho, com a criação de "sindicatos católicos que são escolas de passividade". Por fim foi aprovada uma importante moção a favor da propaganda anti-militarista e do internacionalismo, pois o mundo via agravar-se a cada dia o clima de guerra.

A luta pela Paz seria uma constante dos anos seguintes, na imprensa, nas manifestações e reuniões dos trabalhadores, mostrando claramente até que ponto o sindicalismo dessa época, mesmo recusando o engajamento partidário, mantinha uma postura revolucionária e anti-capitalista. Essa mesma conclusão se extrai da estratégia de ação direta para impor os direitos operários ao Estado, do ativismo cultural que se traduzia na criação de escolas, em conferências, debates e representações de teatro social, negando na prática qualquer economicismo e corporativismo. Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, ampliou-se a crise econômica, e com ela intensificaram-se as lutas operárias. O resultado foi uma onda de repressão, com deportações, prisões em massa, fechamento de sindicatos e empastelamento de jornais.

Em 1915 a COB tomou a iniciativa de realizar um Congresso Internacional da Paz, que se concretizou de 14 a 16 de Outubro no Rio de Janeiro, com a participação de delegados de várias regiões do país, bem como representantes de Espanha, Portugal e Argentina, para debater a situação internacional e a necessidade de propaganda contra a Guerra. No final foi aprovada uma moção de protesto:

“...os elementos provocadores dos conflitos entre os povos concretizam-se nos bárbaros e injustos princípios básicos das instituições religiosas, militares ou civis. burocráticas ou democráticas entre as quais se destacam o capitalismo, o militarismo, o funcionalismo e o clericalismo, inclusive a imprensa, esse novo estado, cuja função consiste em destruir nos seres humanos todos os sentimentos de igualdade e fraternidade.”

"Abaixo a guerra. Viva a Solidariedade dos trabalhadores de todo o mundo. Viva a Revolução Social."

O ano de 1917 iria ser marcante para o movimento operário brasileiro, quer pelas lutas sociais desencadeadas no país, quer pelo eclodir da Revolução Russa que iria gerar a solidariedade e o entusiasmo do movimento operário internacional, mas que levaria na década seguinte aos equívocos e divergências que iniciariam uma profunda crise do sindicalismo autônomo facilitando, por um lado, o autoritarismo fascizante e, por outro, o sindicalismo atrelado ao partido comunista, um modelo que os leninistas divulgaram por todo o mundo após a consolidação do seu poder no Estado soviético.

As manifestações do 1º de Maio desse ano chave, tiveram como temas centrais a luta contra a guerra e o custo de vida. Em junho, os têxteis de São Paulo convocaram uma greve por aumento salarial, o que provocou a prisão dos militantes mais ativos. A repressão não enfraqueceu a greve, pelo contrário, generalizou-se e radicalizou-se, desencadeando-se ações de sabotagem nas fábricas e passeatas na cidade. O governo fechou as organizações operárias e aumentou o número de detenções. Durante a repressão foi assassinado um operário. Essa morte gerou um vasto movimento da solidariedade em várias cidades do estado e no Rio de Janeiro, Em Santos os trabalhadores realizaram um comício e uma passeata em apoio aos grevistas de São Paulo, reunindo milhares de pessoas.

O funeral do operário morto, concentrou uma enorme manifestação, que resultou em conflitos em larga escala no centro da cidade, alguns batalhões da polícia recusaram-se a intervir, sendo necessária a convocação de tropas do exército. Também em Santos se agudizaram os conflitos, com saques a armazéns de víveres, movimento que se alastrou a outras cidades. No Rio a Federação Operária declarou sua solidariedade e alguns sindicatos declararam-se em greve. A expansão desse movimento começava a tomar proporções ameaçadoras e isso foi compreendido por diretores dos principais jornais paulistas que se reuniram e elaboraram uma proposta conciliatória na tentativa de pacificar a situação. As exigências operárias eram em grande parte atendidas, aceitando a governo inclusive libertar todos os presos. A comemoração operária deu-se num imenso comício realizado no Largo da Concórdia.

Este importante movimento, que representou um dos pontos mais altos do sindicalismo da época, estendeu-se a várias regiões, do Rio Grande do Sul, onde os ferroviários de Santa Maria tiveram violentos confrontos com o exército, até Minas, Pará, Alagoas e Paraíba, tendo inclusive se refletido em Joinville (SC) como já falamos anteriormente.

Com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, em Outubro de 1917, foi aprovada a lei de exceção que provocou novas prisões e deportações de militantes operários, Mesmo nessas condições difíceis nasceu, no Rio de Janeiro, a UOFT - União de Operários de Fábricas de Tecido - que viria a ter um papel importante no movimento sindical da capital nas anos seguintes. Também nesse mesmo ano nasceu um dos principais jornais libertários de São Paulo, *A Plebe*, que duraria de 1917 a 1951, embora com várias interrupções.

As primeiras notícias que chegavam aos meios operários sobre a Revolução Russa identificavam-na como uma mudança social profunda e libertária. O carácter auto-organizativo dos soviets, a ocupação de terras pelos camponeses, a pacifismo dos soldados, a presença dos anarquistas, entusiasmaram o movimento operário internacional anarco-sindicalista. A solidariedade nascida desse entusiasmo estendeu-se ao Brasil, onde o movimento operário já, em 1905, havia se empenhado na recolha de fundos para os revolucionários russos, da mesma forma que o fizeram, em 1910, para os revolucionários mexicanos. Os fundos foram encaminhados através de Kropotkin, o famoso anarquista russo, que viveu exilado na Europa ocidental até à queda do czarismo.

No Brasil, o ano de 1918 foi ainda marcado pela vigência da lei de exceção, que no entanto foi boicotada pelo movimento operário ao comemorar publicamente o 1º de maio. No Rio, durante o comício, foram aprovadas moções a favor da paz e da solidariedade entre os povos e de apoio ao Povo Russo na "sua luta contra o capitalismo e o estado." Também em Santos, São Paulo e no Rio Grande do Sul ocorreram comemorações públicas, violando a proibição legal.

Uma das importantes greves desse ano foi a das barcas de Niterói, que resultou em violentos confrontos com as forças do exército, tendo se verificado a adesão de soldados à luta dos trabalhadores, a que não impediu que a polícia matasse três trabalhadores e ferisse muitos outros. A mesma violência haveria de ocorrer em São Bernardo do Campo onde os policiais abriram fogo sobre os operários em greve, causando diversos feridos.

Mas seria a greve insurrecional do Rio de Janeiro, no final do ano, que se transformaria no evento mais significativo do sindicalismo revolucionário. Uma greve dos têxteis foi-se alastrando pelo Rio, Niterói, Magé e Petrópolis. Paralelamente a esse movimento foi articulado um plano insurrecional, que visava invadir na Capital a Intendência de Guerra, o depósito de material de guerra, delegacias de polícia, além do corte de luz. Manifestos, foram distribuídos nos quartéis apelando aos soldados para que se solidarizassem com o movimento. No entanto, o movimento frustrou-se devido a uma infiltração policial que permitiu desencadear a prisão dos militantes mais ativos, desarticulando a movimento. Mesmo assim ocorreu a concentração de trabalhadores junto à delegacia de São Cristóvão que foi assaltada entre tiroteios.

A repressão violenta que se seguiu não conseguiu impedir a continuidade do movimento grevista que tinha paralisado grande parte da indústria da cidade e da região. Trabalhadores de diversos setores articularam ações de solidariedade a favor dos presos, o que permitiu sua libertação meses mais tarde.

Dos 14 militantes que vieram a ser pronunciados em Março de 1919, dez eram brasileiros natos, residindo os outros há bastante tempo no país, desmentindo assim a tradicional acusação do Estado, de que os conflitos sociais se deviam a "agitadores estrangeiros", num apelo demagógico ao nacionalismo e à xenofobia.

O ano terminou com a Europa arrasada pela Grande Guerra. Milhões de mortos e feridos deixavam aos socialistas a desilusão com uma classe trabalhadora, que negando o ideal internacionalista propagado desde o século XIX se imolou numa carnificina inútil em nome dos Estados e das classes dominantes. A esperança se virou para a Rússia onde trabalhadores haviam derrubado o velho sistema autocrático, iniciando o que se esperava ser a primeira revolução socialista vitoriosa, que iria materializar as idéias que a curta experiência da Comuna de Paris não pudera consolidar, mas que apesar disso alimentavam até então o imaginário revolucionário dos movimentos sociais.

Em 1919, multiplicaram-se as informações sobre a Revolução Russa que chegavam através da grande imprensa, mas também através do intercâmbio no movimento operário internacional popularizando as idéias maximalistas entre os trabalhadores. Esse maximalismo e as organizações dele nascidas, não rompiam com a tradição anarquista, ao contrário pretendiam ser uma forma de materialização do socialismo libertário. O primeiro partido comunista fundado nesse ano pelos anarquistas, sem qualquer ligação com o PC fundado em 1922, mantinha integralmente seus objetivos anarquistas e uma forma libertária de organização. No 1º de Maio, neste contexto, foi distribuído um texto de Edgar Leuenroth e Hélio Negro, *O Que é o Marxismo ou Bolchevismo*, em que se reafirma o programa de comunismo anárquico na tradição de Bakunin e Kropotkin, sem nenhuma relação com o leninismo que se começava a afundar na Rússia.

O movimento operário, contudo, no contexto brasileiro, estava envolvido nas suas lutas mais imediatas por aumento de salários, as 8h de trabalho, a igualdade de salários entre homens e mulheres, contra o custo de vida e o preço dos aluguéis. A greve dos tecelões e sapateiros de São Paulo, e a que os trabalhadores gaúchos desencadearam nesse ano, com repressão sangrenta, foram as mais importantes. No Rio de Janeiro, o sindicato da construção civil decretou as 8 horas, conseguindo que as empresas aceitassem o fato consumado. Face a esta situação de proliferação de lutas mais uma vez o governo usou as leis para expulsar e deportar militantes, como Gigi Damiani, o incansável anarquista italiano que atuou no Paraná e em São Paulo, vindo a morrer em Itália em 1954, ainda ativo libertário.

Mas não foi só através da repressão que as classes dominantes agiam, a Igreja intensificou sua propaganda entre os trabalhadores a favor dum sindicalismo católico, beneficente e de conciliação e o Estado continuou promovendo a cooptação de trabalhadores, sustentando lideranças pelegas com livre trânsito junto ao Estado.

O sindicalismo autônomo realizou o seu 3º Congresso no Rio de Janeiro, em Abril de 1920, estando representados 11 estados. Novamente se reafirmou a luta pelos 8 horas, a necessidade de salários iguais, a luta pela abolição do trabalho feminino noturno e a necessidade de persistir no apoio à criação de organizações de trabalhadores rurais, apelando-se aos sindicatos ferroviários e dos caixeiros para que se envolvessem na propaganda do sindicalismo no interior do país.

Foram aprovadas também moções de solidariedade com os trabalhadores espanhóis, portugueses e mexicanos, e de protesto pelo assassinato de Rosa Luxemburgo Karl Liebknecht, bem como contra a dominação inglesa na Irlanda. Nesse mesmo ano realizou-se no Rio Grande do Sul o 2º Congresso Operário Estudantil, em Março, com a presença de 30 delegados de várias cidades do estado. A declaração de princípios aprovada afirmou também o anti-estatismo da luta sindical, a descrença nos partidos políticos, numa explícita declaração libertária assim sintetizada: "Como inimigos de toda e qualquer organização estatal, os sindicalistas repelem a chamada conquista do poder político, e vêem na eliminação radical de todo o poder política a primeira condição preliminar para uma ordem verdadeiramente socialista". Mantendo o sindicalismo gaúcho uma defesa clara dos valores do anarco-sindicalismo que preservariam até ao desmantelamento do sindicalismo independente pelo Estado Novo.

Nessa mesma época nasceu no Rio Grande do Sul a União dos Trabalhadores Rurais Russos, que uniria imigrantes russos, muitos deles libertários, que mantiveram relações com as organizações de anarquistas russos na Argentina e nos EUA.

Em 1920 começam a chegar as primeiras notícias contraditórias sobre a evolução da Revolução soviética, através da imprensa operária internacional que os jornais e organizações locais recebiam. Essas informações originaram os primeiros artigos críticos de José Oiticica na *Voz do Povo* e na *Plebe* de 7 de Fevereiro. Em novembro este jornal publicaria um artigo "O marxismo e os anarquistas", deixando claro a diferença entre as duas correntes. Por sua vez o *Sindicalista* do RS, publicou em Abril de 21 a tradução dum artigo do jornal *Rebellion*, de Cadiz (Espanha), onde se faz a crítica da concepção leninista de ditadura do proletariado, bem como do autoritarismo e da formação de novas castas na Rússia. Ainda no Rio Grande da Sul, as conferências de Mário Silveira sobre "Marx e Bakunin" e "Marxismo e Anarquismo" abriam o debate que se estenderia até à década de 30 entre os trabalhadores gaúchos sobre a natureza da poder do Partido Comunista da URSS e a prática dos comunistas brasileiros nos sindicatos.

Os anos 20 seriam desastrosos para o movimento operário. Por um lado, intensificou-se a repressão, que foi constante no governo Artur Bernardes. Além de decretar o estado de sítio, deportou para os campos de concentração de Oiapoque, no extremo norte do país, centenas de opositores e militantes

operários, tendo muitos deles aí morrido. Por outro lado, as articulações para a criação dum Partido Comunista vinculado à Internacional Comunista, provocou profundas e definitivas divisões no movimento operário do Brasil.

V

O Partido Comunista foi formalizado numa reunião no Rio de Janeiro em Março de 1922, os seus fundadores, exceto um, eram militantes anarquistas. Esse novo partido era a primeira organização construída em moldes leninistas no país, obedecendo nos seus estatutos às 21 condições de adesão à Internacional Comunista, também chamada de Terceira Internacional, que havia sido fundada em Moscou em 1919. Apesar disso, os seus fundadores estavam ainda longe de ter um conhecimento mais aprofundado do leninismo e, menos ainda, do marxismo. Na revista *Movimento Comunista*, editada pelo principal teórico do grupo Astrogildo Pereira, ainda se afirmava a identificação com os objetivos anarquistas, colocando a ênfase da divergência na tática.

Todos os textos saídos nessa fase tentavam uma aproximação com o pensamento anarquista, apontando o objetivo comum de destruição do capitalismo e do estado. Isso resultava tanto da tentativa de conquistar para o leninismo os operários anarquistas, quanto duma ignorância real sobre os princípios marxistas-leninistas que se começavam a impor contra o marxismo heterodoxo de Rosa Luxemburgo e da Oposição Operária russa.

Nessa época Otávio Brandão, outro anarquista que se viria a converter em comunista, tentava informar-se sobre o marxismo e o máximo que conseguiu foi que Astrogildo Pereira lhe emprestasse uns poucos livros em francês.

A polémica entre anarquistas e comunistas acentuou-se quando o jornal *A Plebe* divulgou as posições de Emma Goldman e Alexander Berkman, dois conhecidos militantes anarquistas de origem russa, criticando o caminho seguido pelos dirigentes comunistas.

Mas essas divisões não se tinham ainda acentuado no movimento operário unido em torno de lutas econômicas ou de grandes movimentos de solidariedade internacional, como o que se desencadeou por todo o mundo com os anarquistas italianos Sacco e Vanzetti, condenados à morte nos EUA. Um dos movimentos mais significativos de internacionalismo operário que duraria até ao assassinato dos dois pela justiça norte-americana, em 1927.

Em Porto Alegre militantes invadiram a Federação Operária destruindo e pilhando móveis, livros e arquivos, numa demonstração da liberdade concedida pela república aos trabalhadores. Mas mesmo com este clima repressivo, a organização operária ia penetrando nas regiões mais afastadas como Corumbá e em Manaus, onde várias entidades sindicais publicaram um manifesto defendendo a posição anarco-sindicalista, criticando os comunistas pelas suas tentativas de atrelar os sindicatos à política do Partido. Esse manifesto foi reproduzido pelo jornal *A Plebe* de São Paulo, em 9 de Agosto de 1922.

A imprensa libertária respondeu pelas mãos de Otiticica ao apelo de Victor Serge, um conhecido revolucionário, ex-anarquista, feito na Rússia para que os anarquistas colaborassem com os comunistas. Otiticica criticava o autoritarismo que estava levando à repressão, prisão e morte de muitos revolucionários russos que discordavam da orientação leninista. Os acontecimentos de Kronstadt quando em Março de 21 o Exército Vermelho sob as ordens de Lenin e Trotsky assassinou milhares de trabalhadores que apoiavam os soviets livres, e os ataques ao movimento macknovista na Ucrânia já pronunciavam a morte da revolução nas mãos de uma burocracia autocrática.

Esta crítica aberta ao leninismo por parte das anarco-sindicalistas não impediu que seus jornais, entre os quais *A Plebe*, continuassem a aconselhar a leitura de Marx, ao lado de Kropotkin, Malatesta, Gorki, Nietzsche e Darwin. Ou que O Libertário, de Porto Alegre, no mês de Novembro de 22 publicasse o texto anti-anarquista de Astrogildo Pereira, numa demonstração que os métodos

de debate libertários eram bem diferentes dos comunistas. Que nessa mesma época tentavam impedir que nas assembleias de trabalhadores fossem dadas informações sobre a repressão na Rússia, sendo esses um dos motivos dos crescentes confrontos em reuniões sindicais.

Otávio Brandão, ainda anarquista, publicou um apelo na *Voz do Povo* à conciliação nos meios operários, sobre o lema "Paz entre nós, guerra aos Senhores". Objetivo impossível, já que o debate evoluiu para violentas agressões físicas, como noticiou *A Plebe* de 12 de Maio de 1923. É nesse contexto de conflito aberto que o Partido Comunista iniciava sua política de conquistar os sindicatos, através da ocupação de postos-chaves ou, em último caso, da cisão das associações operárias que não conseguissem influenciar.

Esta política que se inseria na estratégia internacional do movimento comunista, era o resultado da concepção leninista de que "a política sindical da classe operária é precisamente a política burguesa da classe operária", e que "a consciência política de classe não pode ser levada ao operário senão do exterior da esfera das relações entre patrões e operários", como Lenin defendeu no livro *Que Fazer*. Esta redução de todo o sindicalismo a um economicismo e corporativismo, não se preocupava sequer em explicar a natureza revolucionária e anticapitalista do anarco-sindicalismo, também identificado como um desvio pequeno-burguês, seguindo os passos do marxismo do século XIX, se proclamar como a verdade indiscutível dentro do socialismo. O leninismo teorizou, e aplicou na prática, em todo o mundo, uma estratégia de transformação dos sindicatos em correias de transmissão do partido comunista, identificado como a única vanguarda consciente dos trabalhadores.

No Brasil "o Partido Comunista, ainda imaturo, muitas vezes a querer abreviar as dificuldades, chegou a resultados opostos ao pretendido; dividiu os sindicatos anarquistas onde era minoria, pretendendo constituir a "unidade" a partir dos sindicatos sob seu controle" para usar as palavras insuspeitas e complacentes de Eder Sader.

Essa guerra estava esfacelando os sindicatos numa época crítica de crise econômica e forte repressão, e só se foi acentuando com o passar do tempo. A União dos Operários em Construção Civil do Rio, acusou publicamente os comunistas de cisionismo nos sindicatos e no Rio Grande do Sul, os comunistas atacavam um conhecido militante anarquista Frederico Kniestedt de se ter apossado de fundos da Federação Operária, tendo a Federação e seu tesoureiro desmentido em comunicado tais calúnias.

Os mesmos métodos usados pelos comunistas no movimento operário, eram usados nas suas próprias fileiras. Logo em 1923 se iniciaram as expulsões de conhecidos militantes, entre os quais ex-anarquistas como Antônio Canelas, Joaquim Barbosa, Astrogildo Pereira, e mais tarde de marxistas como Leôncio Bausbaum e Heitor Ferreira Lima, acusados de "agentes do imperialismo...". Mas ao mesmo tempo esse partido dava mostras de grande tolerância e abertura, apelando no Rio Grande do Sul ao voto nos candidatos do Partido Republicano, a troco de uma coluna no jornal desse partido, *A Federação* (15-2-24). O mesmo vindo a fazer mais tarde quando apelou no Rio aos votos dos trabalhadores em Maurício Lacerda e Azevedo Lima. Ou, bem mais tarde, no ex-ditador Getúlio Vargas!

No 1º de Maio de 24 foi divulgada na imprensa operária e nos comícios comemorativos, uma lista elaborada pela AIT - Berlim, dos libertários presos na Rússia. Mas nesse ano um acontecimento decisivo iria ocorrer em São Paulo, a revolução de 5 de julho, quando militares anti-governistas tomaram a cidade. O movimento sindical; que vinha sofrendo violenta repressão durante o governo Artur Bernardes, tomou posição pública a favor do golpe, chegando a estabelecer contatos com o general Isidoro Dias Lopes, propondo a constituição dum batalhão civil de operários, aos quais deveriam ser distribuídas armas para a luta contra o poder central. Como era de se esperar o general

recusou e a derrota não se fez esperar. A repressão que se seguiu tomou como alvo o movimento operário, foram destruídas sedes dos sindicatos, proibidas publicações, e presos muitos das principais militantes operários que foram deportados para a colônia penal da Clevelândia, no Oiapoque, aí morrendo entre outros, o ativo militante cearense, Pedro Mota, diretor de *A Plebe*.

No movimento operário só os trabalhadores gaúchos conseguiram desenvolver suas atividades com certa normalidade, já que estiveram afastados dos acontecimentos de Julho em São Paulo. Por essa razão puderam realizar o seu 3º Congresso, de 27 de setembro a 2 de outubro, reafirmando seus "propósitos libertários, resolvendo combater todos os partidos políticos", aprovando a adesão à AIT, reorganizada pelos anarco-sindicalistas em Berlim em 1924, e uma importante moção de solidariedade aos presos. A Comissão Pró-Presos informou ao congresso que nesse momento existiam 500 libertários presos. O que correspondia à totalidade dos militantes do PC na época, segundo dados dos próprios comunistas.

Em 1925 o PCB, em Santos, organizou uma coligação para concorrer às eleições municipais de novembro, recebendo nesse importante centro de luta operária do Brasil, 34 votos. O que não desanimou o Partido de criar o Comitê de Organização, Reorganização e Unificação dos Sindicatos, que viria a ser o seu instrumento para a criação duma central operária própria, a CGT, e que nas palavras do dirigente comunista Astrogildo Pereira era "um comitê de reorganização cujas bases obedeciam literalmente ao plano traçado pelo II Congresso do Partido ..." Plano que estava inserido na estratégia traçada no II Congresso do Comitern: "os comunistas devem ter fações em todos os sindicatos a comitês de fábrica adquirindo através deles influência sobre o movimento operário, dirigindo e subordinando os sindicatos à direção do Partido. "Nesse mesmo ano O 3º Congresso Operário do Rio Grande do Sul debate as informações apresentadas pelo velho anarquista alemão Frederico Kniestedt sobre perseguições na Rússia aos anarquistas e outras correntes revolucionárias provocando polêmica com simpatizantes comunistas.

Apesar das crescentes divergências os sindicatos davam ainda mostra de alguma capacidade de resistência nesta situação difícil, engajando grandes setores de trabalhadores em lutas, manifestações e comemorações do 1º de maio.

O fechamento da ALN meses depois, e a tentativa de golpe articulado pelo partido Comunista" que reduziu-se, no que concerne ao essencial, a um levante militar, uma "quartelada" de esquerda, quase sem participação popular operária ou camponesa com exceção parcial de Natal" segundo as palavras de Michael Lowy, encerrou esta fase histórica do movimento operário e da organização sindical.

VI

A repressão política do Governo Vargas, acompanhada do enquadramento legal dos sindicatos, que passaram a ser regulados pelo Estado em moldes fascistas, não iria deixar espaço ao sindicalismo autônomo e à sua tática de ação direta. Os trabalhadores anarco-sindicalistas, iriam se negar a integrar essas estruturas corporativas do Estado "recusando-se até a registrar oficialmente os sindicatos que dirigiam" (Azis Simão), o que afastaria os libertários do movimento sindical.

O estatismo corporativo de Vargas, com sua intromissão no mundo sindical, na economia e com todo o seu paternalismo, contribuiria para minar o anti-estatismo que os anarco-sindicalistas tinham divulgado no movimento operário, como componente essencial de sua prática e visão do mundo. Para muitos assalariados urbanos o Estado e o ditador passaram a ser vistos como "pai dos pobres" pelo reconhecimento na legislação trabalhista de alguns dos objetivos e conquistas que o movimento havia conquistado nas primeiras décadas do nosso século em duras lutas sociais. O mesmo iria acontecer na Argentina, onde a repressão e o populismo de Perón iriam derrotar o mais poderoso movimento anarco-sindicalista da América latina reunido em torno da Federação Operária Regional Argentina (FORA).

Por outro lado a industrialização que se acelerou nessa época trouxe para as cidades e para a indústria contingentes enormes de mão-de-obra do interior do Brasil, completamente afastada das idéias e da tradição de luta do sindicalismo Combativo forjado no começo do século. Essa seria a principal base social do trabalhismo e do sindicalismo pelego.

Como afirmou Azis Simão: "as medidas adotadas pelo Estado Novo atrelando o Sindicato ao Estado favoreceu a corrente marxista leninista, já que favoreceu a centralização e unificação, Favorecendo a política de ocupação de lugares-chaves da burocracia... não carecia mais aplicar-se na instituição um sistema que lhe fosse estrategicamente vantajoso, uma vez que isso foi feito pelo próprio Estado. A unicidade e o centralismo reduziram-lhe (aos leninistas) a área de competição, possibilitando-lhes concentrar-se na posse de postos-chaves para o estabelecimento, de unidade heteronômica controlada do sindicalismo".

A lei sindical do Estado Novo favoreceu a emergência duma burocracia sindical e criou condições para que o sindicalismo se tornasse um instrumento político, nas mãos de direções sindicais que passaram a deter recursos e poder até aí inexistentes, e "com isso não se verificou apenas uma ampliação do campo sindical, mas a transferência do seu centro da margem para o interior do Estado" (Azis Simão).

Instrumentalização do movimento operário feita ora pelos governos, ora pelos partidos, e entre eles, o comunista que sempre assumiu seu papel "dirigente", conceito que servia para atrelar a organização sindical à sua estratégia política, atingindo o auge da caricatura, em 1945, quando num discurso, Luíz Carlos Prestes apelou à colaboração do movimento operário com os patrões e com o ditador Vargas:

“É por intermédio de suas organizações sindicais que a classe operária poderá ajudar o governo e os patrões a encontrarem soluções políticas, rápidas e eficientes para os graves problemas econômicos...”

A autonomia do movimento operário havia sofrido uma séria derrota imposta pelos leninistas. A partir daí só se manifestaria esporadicamente em algumas lutas à revelia das burocracias sindicais. Os mais ativos militantes anarco-sindicalistas, a partir do final dos anos 40, dedicaram-se, a partir daí, fundamentalmente à propaganda específica das idéias anarquistas - embora sem nunca deixarem de acalentar o sonho da reconstrução da COB - através da imprensa libertária e dos

centros de Cultura social que iriam manter até a ditadura militar que se instalou com toda a violência nos anos 60.

Teríamos que esperar pelos anos 70, para que de forma quase espontânea um novo sindicalismo autônomo se manifestasse nas lutas do ABC Paulista. Abria-se, então, um novo ciclo do sindicalismo brasileiro que, no entanto, ignorava a tradição libertária do começo do século por desinformação de muitos trabalhadores e por preconceito ideológico de líderes formados na tradição do marxismo-leninismo que se mantinha ainda praticamente intacto no momento em que o "socialismo" de Estado se decompunha na Europa do Leste. Não estranha por essa razão que o novo sindicalismo se tenha mantido indeciso, num contexto social que evidentemente era bem mais complexo que o do começo do século, entre o caminho da auto-organização, autonomia e ação social coletiva e o da representação, burocratismo e partidarização dos sindicatos. Hoje parece claro o caminho escolhido pelos dirigentes sindicais, resta saber se esse é também o que os trabalhadores querem nesta fase em que se agudiza a exploração, desemprego e exclusão social.

Organizando ações de solidariedade, como a que parou São Paulo em Agosto de 27, quando o assassinato de Sacco e Vanzetti levou inúmeros trabalhadores às ruas.

Em 1928 Joaquim Barbosa, ativo sindicalista do PC, foi afastado por divergir da política sectária do Partido, publicando então os documentos que baseavam essas críticas. Neles se afirma: "os processos adotados ultimamente pela direção do Partido (digo direção do partido, para não nomear certos mentores atrabiliários que se julgam os "donos disto"); no que respeita à questão sindical, além de cobrirmos de ridículo, não são de molde, a levar o partido à desejada direção das massas operárias mas; pelo contrário, só o poderão levar a fracassos irrecuperáveis.(...) Não são precisos sindicatosinhos, diziam : o que se impões já e já, é a formação da CGT, de federações locais, etc., esquecidos de começar pelo começo, e não pelo fim, como infelizmente se tem feito no terreno sindical."

O sectarismo reconhecido por Joaquim Barbosa é confirmado em outros documentos comunistas dos anos 30 : "Em contradição brutal com a realidade imaginava-se ainda na CGT que o PC e os sindicatos revolucionários (entenda-se os do Partido) tinham a monopólio do movimento operário, pois, dizia-se não há senão uma CGT, a nossa" (...) e ainda "seria uma ilusão acreditar que os partidários do movimento sindical revolucionário (os comunistas) possuam no momento posições sólidas e um papel preponderantemente no movimento operário da Estado de São Paulo" já que sua influência "não estava cimentada senão na capital federal e arredores." *L'Internattonal Syndicale Rouge* nº. 14

O movimento operário do Rio Grande do Sul conseguiu preservar sua dinâmica e coerência nesta época de crise, realizando seu 4º Congresso em 1927, e que seria o último congresso operário do movimento anarco-sindicalista. Os princípios que continuavam nessa fase de crise a nortear os sindicatos gaúchos eram libertários, não conseguindo os comunistas uma influência relevante.

Os anos seguintes acentuam o declínio do sindicalismo autônomo, o Partido Comunista e sua CGT já haviam conquistado posições no Rio de Janeiro, mesmo que em São Paulo tivessem dificuldade de penetração. Disso é exemplo a posição da União dos Trabalhadores da Light, uma das mais importantes organizações sindicais de São Paulo, que publicou um comunicado em que declarava não reconhecer a CGT, afirmando sua afinidade com a Federação Operária de São Paulo (anarco-sindicalista). Criticava ainda a CGT como "derivação dum Partido político sem eleitorado, que quer surgir à tona da água à custa dos trabalhadores". Os comunistas responderam intensificando a propaganda para que "os trabalhadores não acatassem as deliberações do FOSP" e aderissem ao PC e aos sindicatos comunistas.

Os sindicatos autônomos desenvolveram uma campanha contra a crescente interferência do governo nos sindicatos, recusando a lei de sindicalização e a instituição da caderneta de trabalho, medida eminentemente policial. Luta que se acentuou nos anos seguintes de pré-ditadura, em que os sindicatos deram particular atenção à defesa da liberdade e dos direitos dos trabalhadores que começavam a ser seriamente ameaçados.

As organizações anarco-sindicalistas tentaram um derradeiro esforço de unificação da resistência como se vê através das páginas do jornal *O Trabalho* (São Paulo), onde se faz a história da organização sindical e se expõe as bases para a reorganização da COB. O mesmo foi feito pela *Voz Proletária* (Porto Alegre) que, em novembro de 1933, apela união dos trabalhadores em torno dos princípios da Confederação Operária Brasileira.

No entanto o anarco-sindicalismo estava seriamente ameaçado por uma convergência de múltiplos ataques. Quem melhor explicou a situação vivida foi Elvira Boni, uma ex-operária anarco-sindicalista, no depoimento prestado a Edgar Rodrigues:

“[Depois da fundação do PC] não se realizava uma assembléia sem que não acabasse em discussão estéril e muitas vezes violência... Por esta época muitos militantes já tinham sido expulsos pelos governos Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, quando se desencadeou a divergência interna que haveria de durar anos e desorientar os trabalhadores menos preparados, enfraquecendo consideravelmente a resistência operária. Foram, temos de reconhecer, dois acontecimentos com objetivos diferentes que acabaram convergindo para o mesmo alvo, contribuindo um e outro para enfraquecer brutalmente o movimento anarco-sindicalista, apolítico e livre, aplainando desta forma, consciente ou inconscientemente, o caminho para o nascimento dos sindicatos fascistas comandado pelo Estado Novo a partir de 1930”.

As manobras divisionistas dos comunistas no movimento sindical, procurando ganhar influência nas organizações de trabalhadores, nem por isso rendia dividendos reais; em 1930 ainda não tinha passado dos mil militantes. O único resultado efetivo e desastroso foi a divisão e esfacelamento do movimento operário anti-capitalista como até então não tinha ocorrido. O próprio partido que pretendia ser "a vanguarda consciente da classe operária, a mais elevada forma de sua organização de classe", entre 1929 e 1934, "desorganizou-se e se esfacelou em resultado, de divergências internas", segundo o dirigente comunista Otávio Brandão.

O Partido Comunista só conseguiria um maior apoio quando da formulação da política de frente em 1935, que originou a Aliança Libertadora Nacional (ALN) presidida pelo, carismático Luiz Carlos Prestes, que congregou largos setores da sociedade na luta contra o regime autoritário de Vargas obtendo, inclusive, o apoio dos anarco-sindicalistas.

CONCLUSÃO

Qualquer análise honesta do movimento operário entre 1890 e 1935 terá de concluir que em condições particularmente difíceis, de violenta repressão e com uma classe operária numericamente fraca e inexperiente, conseguiram os trabalhadores anarco-sindicalistas criar e desenvolver as organizações de resistência; travar duras lutas para impor direitos básicos como a liberdade de expressão e organização dos trabalhadores, conseguindo vitórias expressivas no campo econômico, como aumentos salariais, redução do horário de trabalho, maior segurança, limitação do trabalho infantil, etc. Lutas que se estenderam à carestia de vida, aumento de aluguéis, falsificação dos gêneros alimentícios, contra o trabalho infantil, a favor de salários iguais para homens e mulheres e pela construção de creches. Estas lutas custaram a muitos desses trabalhadores a prisão, deportação e, até, a morte.

Este sindicalismo revolucionário, que se pautava pela auto-organização e autonomia, aplicou uma estratégia de ação direta coletiva, impedindo a constituição de burocracias sindicais e a sujeição das lutas operárias a qualquer interesse exterior aos trabalhadores.

Os sindicatos anarco-sindicalistas desenvolveram também a propaganda anti-militarista e a favor da paz, promoveram escolas livres nos sindicatos, organizaram debates sistemáticos sobre temas como livre-pensamento, esperanto, alimentação vegetariana, combate ao alcoolismo, a situação da mulher, além de outros sobre temas científicos e literários. Realizaram festivais de solidariedade e representações de teatro social, criaram centros de cultura, onde os trabalhadores podiam confraternizar e se cultivar. Envolveram-se em campanhas internacionais de solidariedade com a Revolução Mexicana, Russa e Espanhola, contra o assassinato de Ferrer e de Sacco e Vanzetti, entre muitas outras demonstrações de solidariedade e internacionalismo.

O sindicalismo brasileiro desta época foi a materialização mais expressiva na nossa sociedade da criação duma prática autônoma pelos trabalhadores, e de construção duma cultura social alternativa no mundo operário, que afirmava acima de tudo os valores que faziam os trabalhadores se contrapor ao capitalismo: a liberdade, a igualdade e a solidariedade fundamentais para um socialismo que se queria libertário.

Apesar disso o anarco-sindicalismo também expressou limitações, umas resultantes das condições econômicas e sociais do Brasil na época; outras da sua incapacidade de contornar as dificuldades de penetrar nas regiões interiores do país, influenciar o campesinato e compreender algumas das especificidades da sociedade brasileira, entre as quais o fator étnico que sujeitava os trabalhadores negros a uma maior exploração e dominação. Mas a mais expressiva fraqueza desse movimento no Brasil - embora compreensível pelo tamanho do país e a conseqüente dificuldade de comunicação -, ao contrário do que ocorreu em outros países, foi a impossibilidade de manter de forma contínua uma associação e coordenação confederal, que potencializasse a força coletiva do movimento sindical brasileiro.

Poderíamos, no entanto, dizer sobre a derrota nos anos 30 do anarco-sindicalismo, o que disse Cristina Hebling Campos no seu livro *O Sonhar Libertário*: "foi uma provação que refletiu muito mais a extensão da introjeção dos valores dominantes nos trabalhadores e o poder do capital em se impor, do que os limites teóricos, estratégicos ou táticos da ideologia anarquista e sindicalista revolucionária."

Bibliografia

Dulles, J. Fuster

Anarquistas e comunistas no Brasil: São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1977.

Campos, Cristina Hebling
O Sonhar Libertário. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

Carone, Edgar
O PCB Vol. (1922-1943). São Paulo: Difel, 1982
Movimento Operário no Brasil (1877-1944). São Paulo: Difel, 1984.

Chacon, Vamireh
História das Idéias Socialistas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981

Gonçalves, Adelaide a Silva, Jorge E.
A Bibliografia Libertária: Um século de Anarquismo em Língua Portuguesa. São Paulo: Imaginário, 1984.

Rodrigues, Edgar
Socialismo e Sindicalismo no Brasil. Rio de Janeiro: Laemmert 1969.
Nacionalismo e Cultura Social. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972.
Novos Rumos. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre 1972.
Alvorada Operária. Rio de Janeiro: Editara Mundo Livre, 1979.
Os Libertários. Petrópolis: Editora Vozes. 1988.
Pequena História da Imprensa Social no Brasil. Florianópolis: Editora Insular, 1997.

Simão, Azis
Sindicato e Estado. São Paulo: Dominus. 1966.

Vasco, Neno
A Concepção Anarquista de Sindicalismo. Porto: Afrontamento, 1984.